

1. MISSÃO DO CAO EDUCAÇÃO

O **Centro de Apoio Operacional de Educação** tem como papel essencial prestar apoio técnico às(aos) Procuradoras(es) e Promotoras(es) de Justiça, bem como às(aos) servidoras(es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas e pesquisas, elaboração de peças técnicas e minutas de projetos, relacionadas, essencialmente, à área educacional.

Dentro da área educacional, o **CAO EDUCAÇÃO** trabalhará com temas como, por exemplo, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial e Inclusiva, a Educação Infantil (Creches e Pré-Escolas), o Ensino Fundamental e Médio, Profissional e Técnico, a Escola de Tempo Integral, a Estrutura Física das Escolas, a Evasão Escolar, o Financiamento da Educação, a Fiscalização do cumprimento dos Planos de Educação, a Mediação Escolar, a Merenda Escolar, a Qualidade da Educação, o Transporte Escolar, a Violência nas Escolas etc.

2. NOTÍCIAS

COMISSÃO DO SENADO APROVA INSTALAÇÃO OBRIGATÓRIA DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA EM VANS ESCOLARES

O projeto que obriga os veículos de transporte escolar a instalar câmeras de vídeo que captem imagens internas foi aprovado, nesta quarta-feira (12), na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta (PLS 81/2016), de iniciativa do senador Paulo Paim (PT-RS), recebeu parecer favorável do relator, senador Styvenson Valentim (Podemos-RN). Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

MEC MANTÉM COMISSÃO QUE ATUALIZA, PADRONIZA E APLICA O BRAILLE NO BRASIL

A Comissão Brasileira de Braille está mantida pelo Ministério da Educação



(MEC), conforme trouxe a edição do Diário Oficial da União (DOU) de 17 de julho. O colegiado é responsável por acompanhar o sistema Braille, ou seja, verificar a necessidade de atualização, padronização e aplicação do mesmo.

Por meio da comissão, criada em 1999, o Brasil tornou-se referência da língua portuguesa no sistema Braille. Fazem parte dela representantes do MEC, do Instituto Benjamin Constant (IBC) e da Organização Nacional dos Cegos Brasil (ONBC), além de representantes de cada região dos Centros de Apoio Pedagógico à Pessoa com Deficiência Visual (CAP). Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

SAIBA COMO SERÁ O FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES

A implementação do modelo depende de demanda das secretarias de Educação. Elas devem manifestar o interesse junto ao MEC e apontar quais escolas poderiam receber o modelo de ensino. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

ENEM TERÁ APLICAÇÃO DIGITAL EM FASE PILOTO EM 2020 E DEIXARÁ DE TER VERSÃO EM PAPEL EM 2026

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) terá aplicação digital a partir de 2020. No primeiro ano da novidade, a aplicação ocorrerá em modelo piloto. A implantação do Enem Digital será progressiva, com início no próximo ano e previsão de consolidação em 2026. Nada muda para os participantes inscritos em 2019. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

RECOMENDAÇÃO DO MPF É ACATADA POR SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO PARA ABORDAREM CULTURA E HISTÓRIA INDÍGENA LOCAL EM SALA DE AULA

Objetivo é levar aos estudantes o conhecimento sobre quem são verdadeiramente os “índios” da região onde moram e quais aspectos dos grupos étnicos estão presentes no município. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

MEC E OUTROS 11 ÓRGÃOS ASSINAM PACTO NACIONAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, assinou junto a outros representantes de órgãos e entidades o **Pacto Nacional pela Primeira Infância**. O objetivo é traçar um diagnóstico da situação da atenção às crianças de 0 a 6 anos no país, bem como capacitar profissionais envolvidos no Marco Legal da Primeira Infância e implementar as boas práticas da legislação sancionada em 2016. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

BRASIL ADERE A EXAME INTERNACIONAL PARA AVALIAR CAPACIDADE DE LEITURA DE CRIANÇAS

Alunos do 4º ano vão passar a ter a capacidade de leitura e compreensão de textos avaliadas por um estudo internacional, o PIRLS (*Progress in International Reading Literacy Study*). O exame é realizado por amostragem em larga escala em escolas públicas e privadas.

A primeira aplicação do exame no Brasil será realizada em 2020 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), que assinou termo de adesão ao estudo. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

NOVO FUNDEB APOIARÁ UNIVERSALIZAÇÃO DE ACESSO A CRECHE

Em entrevista concedida (1/07/2019) ao Portal Planalto, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que o Governo Federal transferirá mais recursos a estados e municípios para permitir a universalização da oferta de creches e pré-escolas.

“Antigamente, o governo federal mandava 10% do Fundeb para os estados e municípios e não perguntava o que iam fazer. O que nós queremos fazer agora é condicionar: vai receber o recurso, mas tem que universalizar a creche, universalizar a pré-escola, precisa sim melhorar os indicadores de aprendizagem dos alunos”, informou. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

SEGUNDA TURMA DO STJ DETERMINA QUE MUNICÍPIO ASSEGURE VAGA PARA CRIANÇA EM CRECHE

A Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reformou acórdão de segunda instância e determinou a disponibilização de vaga para que uma criança seja matriculada em creche pública de um município de Mato Grosso.

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) havia negado o pedido em virtude da alegação do município de que as creches estavam com sua lotação esgotada e ainda havia lista de espera, mas os ministros da Segunda Turma consideraram que essas circunstâncias não justificam o descumprimento da Constituição, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

PARCERIA COM O TODOS PELA EDUCAÇÃO BUSCA MELHORAR ÍNDICES EDUCACIONAIS DE MATO GROSSO

Melhorar os índices educacionais de Mato Grosso, entre eles a proficiência dos alunos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Esse é um dos principais objetivos de uma parceria firmada entre a Secretaria de Estado de Educação (Seduc) e a organização Todos pela Educação. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

TRE INICIA SOLETRE: “FELIZ PELA OPORTUNIDADE DE APRENDER A LER E ESCREVER. VAI ME AJUDAR MUITO”, AFIRMA ALFABETIZANDA

iniciou, no dia 29/07, o curso de alfabetização ofertado pela Corregedoria Regional Eleitoral de Mato Grosso. Com a iniciativa, batizada de **SoleTRE**, a Justiça Eleitoral quer ofertar aos participantes melhores condições para o exercício da cidadania e promover a inclusão social. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.



JUSTIÇA DO TRABALHO, MPT E SESI REALIZAM FESTIVAL DE ROBÓTICA COM ALUNOS DE ESCOLAS PÚBLICAS

Cerca de 50 alunos da rede pública de Mato Grosso participaram, nos dias 2 e 3 de agosto, de um Festival de Robótica. O evento, realizado pela Justiça do Trabalho em parceria com o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Ministério Público do Trabalho (MPT) e tem como foco o combate ao trabalho infantil por meio do estímulo à permanência do aluno, bem como o fomento à pesquisa. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

MOTORISTAS DA SEDUC E ADMINISTRATIVOS DO SETOR DE TRANSPORTES PASSAM POR CURSO DE FORMAÇÃO

A Secretaria de Estado de Educação (Seduc) realizou uma capacitação para motoristas dos ônibus escolares que atendem as escolas com alunos especiais e que atendem a própria sede. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

PROJETO OBRIGA PAIS A ACOMPANHAREM PROCESSO EDUCATIVO DE SEUS FILHOS

Pais ou responsáveis podem ser obrigados a comparecer às escolas dos filhos para acompanhamento do processo educativo. É o que propõe o **PL 4.138/2019**, de autoria do senador Jorge Kajuru (PSB-GO), que tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde aguarda recebimento de emendas.

De acordo com o projeto, responsáveis legais ficam obrigados a comparecer periodicamente às escolas para acompanhar o desempenho dos filhos e participar do processo educativo. O comparecimento deve ocorrer pelo menos uma vez a cada dois meses letivos. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

PROJETO “INTEGRA MP – FELIZ NATAL/MT” SERÁ LANÇADO NESTA SEXTA

Com o objetivo de aproximar o Ministério Público Estadual da comunidade escolar será lançado nesta sexta-feira (02 de agosto), às 19 horas, o projeto “Integra MP – Feliz Natal/MT”. O evento será realizado na Escola Estadual André Antônio Maggi e é aberto a toda a população.

De acordo com o promotor de Justiça de Feliz Natal, Willian Oguido Ogama, o projeto surgiu da reivindicação de pais de alunos e professores para que instituições como o Ministério Público se aproximassem mais da rede pública de ensino. A solicitação foi feita após a ocorrência de atos de vandalismo e cyberbullying registrado na Escola Estadual André Antônio Maggi, em Feliz Natal.

FÓRUM INTERSETORIAL DEBATE AVALIAÇÃO DOS PLANOS ESTADUAL E MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A terceira reunião do Fórum Intersectorial de Acompanhamento do Plano Nacional de Educação foi realizada (25 de julho), na sede das Promotorias de Justiça de Cuiabá, com objetivo de debater as avaliações dos planos Estadual e Municipal de Educação. Após as exposições dos representantes das secretarias, os demais integrantes do grupo debateram o cenário atual da educação, os avanços e as necessidades de aperfeiçoamento.

O promotor de Justiça Miguel Shhessarenko Junior, idealizador do Fórum implantado em fevereiro deste ano, explica que as apresentações foram relacionadas às metas eleitas como prioritárias pelo grupo, que são a universalização da educação infantil, educação inclusiva, alfabetização das crianças até o 3º ano do ensino fundamental, qualidade da educação básica e educação de jovens e adultos. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

4ª EDIÇÃO DO PROJETO “BOM NA ESCOLA, BOM DE BOLA”

O Projeto, idealizado pelo Promotor de Justiça Luiz Fernando Rossi Pipino, ocorreu de 8 a 12 de julho em São José do Rio Claro. A semana esportiva teve como objetivo contribuir para o desenvolvimento físico e intelectual das crianças e adolescentes, estimular a prática esportiva e melhorar o aproveitamento escolar e a qualidade de vida dos alunos de 10 a 15 anos da rede pública e privada de ensino. Clique [aqui](#) e veja a matéria completa.

4. EVENTOS

ENCONTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO MPMT – A PREVENÇÃO DO BULLYING, DO SUICÍDIO E DA VIOLÊNCIA ESCOLAR

Nos dias 8 e 9 de agosto, os Centros de Apoio Operacional de Educação e da Infância e Juventude, em conjunto com as Procuradorias Especializadas na Defesa da Cidadania e na Defesa da Infância e Juventude, com o apoio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), promoverão o Encontro Estadual de Educação do Ministério Público de Mato Grosso.

O objetivo é a capacitação e o aperfeiçoamento dos membros e servidores do MPMT (cidadania e infância e juventude), para melhor atuação e identificação do bullying, do suicídio e da violência no contexto escolar, buscando medidas preventivas para a sua erradicação.

II SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (SINED).

Nos dias 25 e 26 de julho, na cidade de Porto Alegre/RS, ocorreu o **II Simpósio Nacional de Educação (SINED)**, promovido pelo Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (TCE-RS) em parceria com o Instituto Rui Barbosa (IRB), através do Comitê Técnico da Educação (CTE-IRB), a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do



Brasil (Atricon) e a Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom).

O encontro reuniu especialistas para discutir, entre outros temas, a execução dos planos de educação, além da apresentação de experiências exitosas de gestão e de ações desenvolvidas no âmbito dos Tribunais de Contas brasileiros.

Durante o Simpósio, foi publicado o Compromisso dos Tribunais de Contas com a Educação, oportunidade em que os Tribunais de Contas do Brasil reiteraram que o direito à **educação** é patrimônio jurídico inalienável dos brasileiros, com base nos arts. 60, § 4º, IV, 205 e 208, § 1º da Constituição de 1988.

A matéria completa, bem como as palestras realizadas e as imagens do evento encontram-se disponíveis para acesso em nosso Portal Centro de Apoio Operacional de Educação.

5. NOVIDADES LEGISLATIVAS

5.1 DECRETOS FEDERAIS

[DECRETO Nº 9.930, DE 23.7.2019](#) - Altera o Decreto nº 7.559, de 1º de setembro de 2011, que dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura.